26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

MEMÓRIA E ASSOCIATIVISMO BIBLIOTECÁRIO NA DITADURA BRASILEIRA

MEMORY AND LIBRARY ASSOCIATIONS DURING THE BRAZILIAN DICTATORSHIP

Deborah Matias Gomes – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Daniella Câmara Pizarro – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho versa sobre a memória institucional no associativismo bibliotecário brasileiro, compreendendo-a como uma dimensão relacionada à preservação, organização e interpretação das trajetórias das entidades profissionais. O estudo toma como referência o contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985), período marcado por transformações políticas, pela expansão seletiva do ensino superior e pela reorganização das entidades profissionais. O objetivo consiste em realizar levantamento das associações de bibliotecários fundadas no período, identificando seus fundadores e contextualizando os acontecimentos políticos, sociais e educacionais nos estados em que essas entidades foram criadas. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, utilizando atas, diários oficiais, relatórios, boletins institucionais, periódicos e documentos históricos produzidos por associações bibliotecárias brasileiras. Os resultados permitiram identificar as associações de bibliotecários fundadas durante o regime, bem como identificar total ou parcialmente os sujeitos fundadores. A análise dos contextos estaduais indica que a criação dessas entidades esteve vinculada a um modelo de desenvolvimento econômico que direcionou o ensino superior e a pesquisa científica prioritariamente para as áreas tecnológicas, industriais e de gestão, enquanto cursos e pesquisas das Ciências Humanas e Sociais sofreram restrições e fechamentos. Nesse cenário de modernização autoritária, a Biblioteconomia enfrentou disputas de espaço e tentativas de transferência de suas atribuições técnicas a áreas exatas, de modo que a articulação associativa foi uma forma de resistência, defesa e consolidação institucional da profissão.

Palavras-chave: Memória institucional; associativismo bibliotecário; ditadura civil-militar.

Abstract: This study addresses institutional memory within the context of Brazilian library associations, viewing it as a dimension linked to the preservation, organization, and interpretation of the trajectories of professional organizations. The study focuses on the period of the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985), a time marked by political transformations, the selective expansion of higher education, and the reorganization of professional bodies. Its objective is to survey the library associations founded during this period, identifying their founders and contextualizing the political, social, and educational

events in the states where these entities were established. Methodologically, the study is characterized as qualitative, exploratory, bibliographic, and documentary research, utilizing minutes, official gazettes, reports, institutional bulletins, periodicals, and historical documents produced by Brazilian library associations. The results enabled the identification of library associations founded during the regime, as well as the full or partial identification of the founding individuals. Analysis of the state-level contexts indicates that the creation of these entities was linked to an economic development model that prioritized higher education and scientific research in technological, industrial, and management fields, while courses and research in the Humanities and Social Sciences faced restrictions and closures. Amidst this scenario of authoritarian modernization, the field of Library Science faced struggles for professional space and attempts to transfer its technical functions to the exact sciences; consequently, organized association served as a means of resistance, defense, and institutional consolidation for the profession.

Keywords: Institutional memory; library associations; civil-military dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira produziu impactos nas instituições políticas, educacionais e culturais do país, influenciando também a organização profissional e a circulação da informação. Nesse contexto, a Biblioteconomia passou por transformações relacionadas à expansão do ensino superior, à modernização técnica da profissão e ao fortalecimento de suas entidades representativas.

O associativismo bibliotecário consolidou-se como importante espaço de articulação profissional e institucional. Entretanto, ainda são escassos os estudos que analisam as relações entre memória institucional, associativismo e os contextos sociopolíticos que envolveram a criação dessas entidades durante a ditadura civil-militar.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral compreender as relações entre o surgimento das associações de bibliotecários brasileiras, os contextos políticos estaduais que influenciaram sua criação e o desenvolvimento da Biblioteconomia durante a ditadura civil-militar brasileira.

Como objetivos específicos, propõe-se: a) mapear as associações de bibliotecários criadas entre 1964 e 1985; b) identificar seus fundadores; e c) analisar os contextos políticos, sociais e educacionais dos estados no período de criação dessas entidades.

O recorte das associações criadas entre 1964 e 1985 foi definido em função do objetivo de compreender a emergência de novas formas de organização associativa da categoria durante a ditadura civil-militar brasileira. Reconhece-se que as associações criadas anteriormente a 1964, como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários,

Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), fundada em 1959, também tiveram atuação durante o período e participaram da organização e representação profissional. Entretanto, essas entidades não integram o corpus desta etapa, uma vez que o interesse específico da pesquisa está voltado às condições históricas, políticas, sociais e educacionais relacionadas à criação de novas associações durante o regime. Assim, o recorte não pressupõe que as entidades anteriores tenham perdido relevância ou deixado de atuar no período, mas estabelece uma delimitação temporal e analítica voltada à compreensão do processo de expansão associativa ocorrido entre 1964 e 1985. A atuação das entidades constituídas anteriormente poderá ser incorporada em etapa posterior da investigação, permitindo uma análise comparativa entre as organizações já existentes e aquelas criadas durante a ditadura.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada em documentos institucionais, legislações, publicações científicas e fontes históricas disponíveis na internet.

Quanto à aderência, o estudo dialoga com as discussões do GT 6 – Informação, educação e trabalho porque seu eixo analítico está centrado na organização profissional, no associativismo bibliotecário, na formação e nas condições institucionais de desenvolvimento do trabalho bibliotecário em diferentes contextos estaduais. A memória institucional é mobilizada como dimensão de análise das trajetórias das entidades e das informações preservadas sobre sua constituição, e não como objeto autônomo da pesquisa. Embora o estudo dialogue com questões de memória, seu foco nesta etapa está na emergência e na institucionalização das organizações profissionais. Nesse sentido, entende-se que o trabalho apresenta aderência às discussões do GT 6, uma vez que privilegia a dimensão profissional e as relações entre formação, trabalho e organização coletiva da categoria.

Além disso, integra pesquisa doutoral em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

2 METODOLOGIA

A etapa de coleta de dados foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental realizado em bases científicas, repositórios institucionais, documentos oficiais, sítios eletrônicos de associações profissionais e fontes governamentais. As informações recuperadas subsidiaram a identificação das associações de bibliotecários criadas durante a

ditadura civil-militar, dos sujeitos envolvidos em sua fundação e dos contextos estaduais relacionados ao seu surgimento. O Quadro 1 sintetiza as principais fontes consultadas e os objetivos atribuídos a cada uma delas.

Quadro 1 – Fontes utilizadas no levantamento documental

FONTE	OBJETIVO
Literatura científica (BDTD e CAPES)	Fundamentação teórica da pesquisa
Repositório FEBAB	Recuperação de registros históricos das entidades
Associações de bibliotecários	Identificação de fundadores, estatutos e históricos institucionais
Documentos oficiais (Diários Oficiais)	Validação de informações institucionais
Redes sociais (Facebook/ Instagram) e blogs	Complementação de dados históricos
Órgãos governamentais estaduais	Contextualização política, educacional e administrativa

Fonte: elaboração própria (2026).

Entre 2025 e 2026, foram realizadas buscas utilizando os nomes das associações, bem como informações relacionadas aos seus períodos de criação. Os dados obtidos foram sistematizados em três eixos: **a) identificação das associações de bibliotecários criadas entre 1964 e 1985; b) identificação dos sujeitos fundadores; e c) análise dos contextos políticos, sociais e educacionais dos estados no período de criação dessas entidades.** A articulação dessas informações permitiu analisar as relações entre o surgimento das associações, a organização da Biblioteconomia e os contextos políticos e institucionais da ditadura civil-militar.

3 DITADURA CIVIL-MILITAR, INDUSTRIALIZAÇÃO E INFORMAÇÃO NO BRASIL

O período da ditadura civil-militar brasileira foi marcado pela centralização política, repressão aos movimentos sociais e ampliação dos mecanismos de censura e vigilância. Reis (2014, p. 7) coloca que o período da ditadura mudou o Brasil entre 1964 e 1979, influenciando a economia, a política, a cultura e a sociedade. No campo educacional e cultural, o período foi marcado por reformas voltadas à modernização técnica e ao desenvolvimento econômico, influenciando diretamente a estrutura universitária e os processos de formação profissional. Reis (2014, p. 7) afirma ainda que os custos dessa centralização foram muito altos:

> Para além dos perseguidos, presos, torturados, exilados ou mortos, é indizível a dor e a angústia de toda uma população empurrada em ritmos inéditos de mobilidade

> social e geográfica, revolvida nos alicerces culturais por um vendaval de modernização que, de forma autoritária, conduziu a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo.

No mesmo período, ciência e tecnologia passaram a ocupar posição estratégica nos projetos de desenvolvimento econômico conduzidos pelo Estado. Segundo Luna e Klein (2014), essa fase foi marcada pela ampliação de investimentos em pesquisa e infraestrutura científica, processo que os autores denominam de “Grande Salto Adiante”.

O fomento e a centralização das políticas científicas já vinham sendo articulados pelo Conselho Nacional de Pesquisas, exemplo disso foi a publicação do documento “*A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento*" em 1968. Ao analisar este documento, Pizarro (2017) demonstra como a informação científica e técnica passou a ser concebida como insumo estratégico para o desenvolvimento econômico e industrial, contexto no qual o órgão propôs diretrizes que visavam alterar ou extinguir a atuação e os contornos da categoria bibliotecária em favor de formações técnicas alinhadas às demandas industriais.

Em 1974, o Conselho foi reestruturado e passou a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliando sua atuação no fomento à pesquisa. Tais iniciativas integravam um projeto estatal voltado à modernização econômica, à formação de recursos humanos especializados e ao fortalecimento de setores considerados prioritários (Luna; Klein, 2014). Dessa forma, o fortalecimento da infraestrutura de pesquisa e a expansão do ensino superior no período deram-se de maneira direcionada, privilegiando sobretudo as áreas e campos do conhecimento voltados ao fomento e à sustentação da pesquisa industrial.

No campo educacional, a Reforma Universitária de 1968 promoveu mudanças significativas na organização do ensino superior, adotando o modelo departamental e estruturando a formação em níveis de graduação, mestrado e doutorado (Luna; Klein, 2014). Tais transformações estiveram associadas às demandas de racionalização administrativa e qualificação profissional requeridas pelos projetos de desenvolvimento implementados no período, favorecendo vertentes tecnológicas em detrimento de cursos das ciências humanas e sociais, que sofreram com descontinuidades e perseguições.

4 O ASSOCIATIVISMO BIBLIOTECÁRIO NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

As associações de bibliotecários desempenham papel relevante na consolidação da Biblioteconomia brasileira, atuando na defesa profissional, na formação continuada, na organização de eventos científicos e no fortalecimento institucional da categoria. Entidades como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e as associações estaduais contribuíram para a articulação do campo bibliotecário e para a construção de espaços de sociabilidade profissional.

Segundo Araújo (2020), a história das bibliotecas e das práticas biblioteconômicas possui uma trajetória milenar, antecedendo o reconhecimento da Biblioteconomia como campo científico. No Brasil, o desenvolvimento da área esteve diretamente relacionado à criação e à consolidação dos cursos de formação profissional. Conforme Ribeiro, Miranda e Reis (2013), o primeiro curso de Biblioteconomia foi instituído na Biblioteca Nacional em 1911, iniciando suas atividades em 1915 sob influência do modelo francês da École des Chartes. A partir da década de 1930, consolidou-se também uma vertente inspirada no modelo norte-americano, voltada aos aspectos técnicos da organização da informação e da administração de bibliotecas (Castro, 2000; Fonseca, 2007).

De acordo com a periodização apresentada por Souza (2009) e discutida por Pizarro (2017), o ensino de Biblioteconomia passou por uma fase humanista (1911-1930), uma fase tecnicista influenciada pelo modelo norte-americano (1930-1970) e uma fase marcada pela busca de uma identidade nacional para a profissão (1970-1987). Conforme destacado anteriormente, a análise do documento do CNPq de 1968 realizada por Pizarro (2017) evidencia que a informação científica e técnica passou a ser tratada como estratégia para o desenvolvimento econômico do período. Contudo, no próprio documento, o órgão buscava delegar o tratamento e a gestão da informação aos engenheiros e profissionais das áreas tecnológicas, desconsiderando a especificidade técnica da categoria bibliotecária. Se por um lado, a Biblioteconomia brasileira enfrentou tentativas de apropriação de suas funções e restrições no campo social, por outro, as próprias contradições do período acabou por impulsionar a regulamentação profissional que ocorreu poucos anos antes por meio da lei nº 4.084 de 1962 (Brasil, 1962), além dos métodos e técnicas voltados à organização da informação e a ampliação dos cursos da área (Castro, 2000; Souza, 2009).

Paralelamente, consolidaram-se importantes marcos institucionais da profissão. A FEBAB, fundada em 1959, e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), criado em 1965, passaram a atuar na representação e defesa dos interesses da categoria (Silva, 2022). A profissão foi regulamentada pela Lei nº 4.084, de 1962, e posteriormente disciplinada pelo Decreto nº 56.725, de 1965. Também nesse período surgiram associações profissionais e entidades voltadas ao fortalecimento do ensino e da profissão, como a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), criada em 1967 (Rebouças, 2021).

O movimento associativo esteve presente em momentos importantes da trajetória profissional, contribuindo para a mobilização da categoria em defesa de seus interesses e para o fortalecimento da identidade profissional (Araújo, 2020). Segundo Spudeit e Fuhr (2011), a constituição prévia de associações profissionais era requisito legal para a criação de sindicatos durante o regime militar, evidenciando a relevância dessas entidades na organização coletiva dos bibliotecários. Nesse sentido, associações, sindicatos e demais organizações representativas contribuíram para a consolidação institucional da Biblioteconomia brasileira e para a construção de espaços de articulação profissional (Nunes; Pereira; Carvalho, 2013).

Com base nas fontes consultadas, foram identificadas as associações de bibliotecários criadas entre 1964 e 1985, bem como os profissionais envolvidos em sua fundação. O Quadro 2 apresenta os resultados do levantamento e as fontes documentais utilizadas.

Quadro 2 – Associações de bibliotecários criadas entre 1964-1985

ANO	ENTIDADE	FUNDADORES IDENTIFICADOS	FONTE PRINCIPAL
1966	**ASPABI**	Ruth Condurú Chalala	Estatuto da ASPABI; Repositório FEBAB
1975	**ACB**	Dário Rodrigues de Carvalho; Márcia Pereira Veras; Adélia dos Santos Silveira; Regina Célia Montenegro de Lima; Elba Beaurord Neves; Mitsi Westphal Taylor	Estatuto da ACB; Site da ACB
1975	**APBPB**	Maria Neusa de Morais Costa; Berta Margareth Góis Sitônio; Gláucia Guimarães da Silveira e Silva; Rilda Antônia Gomes Chacon; Hilva Pessoa Morais; Vânia Maria Matos Jurema	Diário Oficial da Paraíba; FEBAB
1978	**APBMS**	Não identificados	Documentos institucionais; FEBAB
1980	**ABEPI**	Maria das Graças Leite Targino e outros dez fundadores	Targino (2020); FEBAB
1981	**AAPB**	Não identificados	Documentos institucionais; FEBAB
1982	**APBDSE**	Maria Auxiliadora Garcez	Silva (2022); FEBAB

Fonte: elaboração própria (2026).

O levantamento permitiu identificar sete associações fundadas durante a ditadura civil-militar brasileira. Em cinco delas foi possível localizar total ou parcialmente os sujeitos fundadores, enquanto para a APBMS e a AAPB não foram encontrados registros digitais suficientes que permitissem identificar a composição de suas diretorias fundadoras. Observa-se ainda a predominância de mulheres entre os sujeitos identificados, aspecto que merece aprofundamento em pesquisas futuras.

5 POSSÍVEIS RELAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ASSOCIATIVO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Durante o período da ditadura civil-militar brasileira, a Biblioteconomia acompanhou processos de expansão do ensino superior, especialização profissional e desenvolvimento científico, fortalecendo sua atuação em diferentes regiões do país (Castro, 2000; Souza, 2009; Fonseca, 2007). Nesse contexto, foram criadas diversas associações de bibliotecários, que passaram a desempenhar papel relevante na articulação profissional, na formação continuada e no fortalecimento institucional da área. Com base no levantamento preliminar realizado até o momento, foi possível identificar associações de bibliotecários criadas durante o período da ditadura civil-militar brasileira, bem como alguns de seus bibliotecários fundadores.

No **Pará**, a criação da Associação Paraense de Bibliotecários (ASPABI) ocorreu em um contexto de reestruturação institucional da região Norte, marcado pela ampliação de universidades, órgãos públicos e serviços de informação, em meio às políticas de integração territorial implementadas pelo regime civil-militar.

Segundo Becker (2005), a partir de 1966 o governo militar colocou em prática a Operação Amazônia, criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e promovendo a incorporação da região aos projetos econômicos nacionais, por meio da expansão da fronteira agrícola, da mineração e da ocupação territorial.

O estado também foi cenário de intensa repressão política. No sul do Pará ocorreu a Guerrilha do Araguaia, cuja ofensiva final resultou na morte de Maurício Grabois em dezembro de 1973 (Martins, 2019). Entre outubro e dezembro daquele ano, as Forças Armadas executaram a Operação Marajoara, considerada a fase mais violenta da repressão ao movimento guerrilheiro (Brasil, 2014).

No campo administrativo, o governo estadual instituiu a Região Metropolitana de Belém por meio da Lei nº 4.496/1973, em consonância com as políticas de planejamento territorial conduzidas pelo governo federal (Pará, 1973b; Brasil, 1973a). Também foi criada a Companhia Paraense de Terras e Colonização (COTERCO), responsável pela execução de programas de

colonização e gestão fundiária em um contexto de crescentes conflitos agrários na Amazônia (Pará, 1973a).

No mesmo período, foram oficializadas colônias agrícolas na região que posteriormente daria origem ao município de Floresta do Araguaia (IBGE, [202-]), enquanto a concessão da Televisão Belém Ltda. evidenciava a expansão dos meios de comunicação sob regulamentação estatal (Brasil, 1974).

Em termos econômicos, 1973 foi marcado pelo avanço dos projetos de exploração mineral na Serra dos Carajás, pela instalação de grandes empreendimentos industriais e pela intensificação da ocupação econômica da Amazônia, processos que produziram transformações territoriais e sociais significativas. No campo educacional, as instituições paraenses adequavam-se às determinações da Lei nº 5.692/1971, enquanto a Universidade Federal do Pará desenvolvia suas atividades sob vigilância política e mecanismos de controle característicos do regime civil-militar.

Na **Paraíba**, a criação da entidade representativa também esteve relacionada ao desenvolvimento da universidade federal e à ampliação dos cursos superiores, fatores que impulsionaram a organização profissional dos bibliotecários. Além disso, o ano de 1975 representou um período de transição administrativa e forte controle institucional no estado. Em 15 de março, Ivan Bichara Sobreira assumiu o governo da Paraíba por meio de eleições indiretas, representando a ARENA.

No campo político, a repressão aos movimentos estudantis e setores progressistas da Igreja Católica permaneceu intensa. Nunes, Nascimento e Santos (2012) destacam a vigilância exercida sobre lideranças religiosas e movimentos sociais. Nesse contexto ocorreu o atentado ao Cine Teatro Apolo 11, em Cajazeiras, episódio associado às tensões políticas do período.

Na educação, observou-se o fortalecimento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a implementação das diretrizes profissionalizantes da Lei nº 5.692/1971. No campo econômico, a Paraíba esteve fortemente vinculada, em meados da década de 1970, às políticas de desenvolvimento regional promovidas pela SUDENE, que buscavam estimular a atração de empreendimentos industriais para o estado (Paraíba, 1975).

No **Piauí**, o ano de 1980 foi marcado pela morte de Petrônio Portela, importante articulador do processo de abertura política brasileira, em um contexto de reorganização partidária e fortalecimento gradual da participação política (Santos, 2017; Jornal o Dia, 1980).

Na educação, o governo priorizou programas voltados ao combate do analfabetismo rural e à expansão do ensino fundamental. Entretanto, conforme Martins (2011), as políticas educacionais ainda mantinham forte herança tecnicista do período autoritário.

Economicamente, o estado permanecia dependente da agropecuária e dos incentivos da SUDENE. A industrialização ocorria de forma limitada e subordinada à dinâmica econômica nacional (Desenvolvimento..., 2013).

Já em **Sergipe**, a criação da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE) ocorreu em um contexto de fortalecimento das atividades de ensino superior e dos serviços de informação vinculados à Universidade Federal de Sergipe (Silva, 2022). No campo político, o ano de 1982 foi marcado pela eleição de João Alves Filho para o governo estadual, em um cenário de ampliação da participação política decorrente do processo de abertura conduzido pelo regime militar (Sergipe, 1982).

Na educação, ocorreu uma greve histórica dos professores sergipanos. Santos (2017) destaca que esse movimento contribuiu para a futura criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (SINTESE).

No setor econômico, consolidaram-se investimentos vinculados à exploração de petróleo, gás natural e mineração. O Distrito Industrial de Aracaju ampliou suas atividades e foram lançadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a criação do Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEC), instituído pela Lei nº 2.407/1982 (Sergipe, 1982).

Em **Santa Catarina**, o ano de 1975 foi marcado pela implementação de políticas econômicas, administrativas e educacionais alinhadas às diretrizes do regime civil-militar, voltadas à industrialização, à infraestrutura e à formação de mão de obra para atender às demandas do modelo econômico então vigente (Santa Catarina, [202-]; Silva, 2018; Souza, 2021).

No campo político-administrativo, foi instituída a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e sancionada a Lei Complementar nº 5/1975, que reorganizou administrativamente os municípios catarinenses (Santa Catarina, 1975). O período também foi marcado pela execução do Plano de Governo (1975-1979), direcionado à integração territorial e ao planejamento estatal.

Na educação, o estado acompanhou as determinações da Lei Federal nº 5.692/1971, que orientava o ensino para a formação técnica e profissional em consonância com os

interesses do projeto econômico nacional. As instituições de ensino foram reorganizadas de acordo com essas diretrizes, incluindo o ensino de 1º e 2º graus e o ensino superior (Santa Catarina, [202-]).

Em **Alagoas**, o ano de 1981 foi marcado pelo avanço da abertura política e pela reorganização das forças oposicionistas ao regime militar. Segundo Silva (2018), a criação dos núcleos do Partido dos Trabalhadores em Alagoas fortaleceu a articulação entre sindicatos, pastorais e movimentos sociais.

No campo educacional, persistiam elevados índices de analfabetismo, combatidos principalmente por meio das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Oliveira e Lima (2019) apontam que os indicadores educacionais alagoanos figuravam entre os mais baixos do país.

A economia estadual continuava fortemente dependente da agroindústria canavieira. A crise econômica nacional e a retração do crédito afetaram diretamente as usinas de açúcar e álcool, provocando instabilidade econômica e social (Santos, 2017).

Finalmente, em **Mato Grosso do Sul**, a criação da Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul (APBMS) ocorreu pouco após a instalação do novo estado, instituído pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1979. Esse processo foi acompanhado pela estruturação administrativa e institucional do estado, favorecendo a organização de diferentes categorias profissionais (Brasil, 1977).

Na educação, predominavam as diretrizes tecnicistas estabelecidas pela Lei nº 5.692/1971, em consonância com as políticas educacionais implementadas durante a ditadura (Brasil, 1971). No campo econômico, Mato Grosso do Sul encontrava-se em processo de estruturação administrativa e desenvolvimento regional, com destaque para as atividades agropecuárias que historicamente sustentavam a economia estadual (Brasil, 1977).

Com base nos dados apontados, podemos afirmar que, mesmo diante das limitações políticas impostas pelo regime civil-militar, as associações bibliotecárias constituíram espaços de articulação profissional, defesa da categoria e fortalecimento institucional da Biblioteconomia brasileira. Conforme Spudeit e Fuhr (2011), o movimento associativo esteve diretamente relacionado à busca por melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional e ampliação da representatividade da categoria. Da mesma forma, Nunes, Pereira e Carvalho (2013) ressaltam o papel dessas entidades na construção de identidades

profissionais e culturais. Silva e Orrico (2013) discutem como as associações profissionais podem constituir espaços de organização coletiva, nos quais questões relacionadas ao trabalho, à representação e à atuação social da categoria são formuladas e debatidas.

As fontes levantadas nesta etapa permitiram relacionar a criação das associações à expansão do ensino superior e às transformações administrativas e científicas observadas nos estados, processo que ocorreu de forma direcionada e seletiva, priorizando vertentes voltadas à tecnologia, à gestão e ao desenvolvimento industrial. Essa orientação resultou na estagnação ou no enfraquecimento de áreas voltadas às ciências humanas e sociais aplicadas, assim como o abandono de espaços culturais e comunitários, a exemplo das bibliotecas públicas e escolares. Além disso, os documentos localizados não permitiram, de forma sistemática, identificar quais conflitos específicos foram negociados no interior de cada entidade. Desta forma, essa dimensão é apresentada como questão de aprofundamento em pesquisas posteriores, evitando extrapolar os dados disponíveis.

Observa-se que as associações identificadas foram criadas principalmente entre as décadas de 1970 e início dos anos 1980, período que coincide com a expansão do ensino de Biblioteconomia e de pós-graduação e com o fortalecimento das atividades profissionais vinculadas às bibliotecas universitárias, especializadas e públicas (Castro, 2000; Souza, 2009). Nesse contexto, a ampliação do número de profissionais e dos espaços de atuação parece ter favorecido a organização coletiva da categoria por meio de entidades representativas voltadas à defesa profissional, à formação continuada e ao fortalecimento institucional da área (Spudeit; Fuhr, 2011; Araújo, 2020). Esse movimento evidencia a importância do associativismo como forma de organização e fortalecimento da categoria profissional no período.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitiram identificar associações de bibliotecários criadas entre 1964 e 1985, seus sujeitos fundadores e os contextos estaduais em que essas entidades surgiram, atendendo aos objetivos propostos. O levantamento evidenciou a expansão do associativismo bibliotecário em diferentes regiões do país, acompanhando processos de crescimento universitário, fortalecimento das bibliotecas e ampliação das demandas relacionadas à informação.

Em relação ao problema de pesquisa, observou-se que o surgimento das associações esteve relacionado aos contextos políticos, sociais e educacionais vivenciados pelos estados brasileiros durante a ditadura civil-militar. O período foi marcado pelo autoritarismo, pela repressão e por uma política de desenvolvimento científico e educacional fortemente alinhada aos interesses do capital e do projeto de modernização autoritária. Nesse cenário, a expansão do ensino superior e o fortalecimento das instituições de pesquisa ocorreram de forma seletiva e direcionada, contemplando prioritariamente áreas técnicas, de gestão e da pesquisa industrial em detrimento das ciências humanas e sociais, que sofreram com perseguições, fechamento de cursos e desinvestimento. Foi nesse contexto que os movimentos sociais e associativos ganharam força, mobilizando a organização coletiva dos bibliotecários que buscou o fortalecimento da profissão.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a dificuldade de acesso a documentos históricos das associações, decorrente da escassez de registros disponíveis na internet e da ausência de informações sistematizadas sobre suas trajetórias, dirigentes e ações. Essa constatação reforça a necessidade de preservação, organização e difusão da memória institucional dessas entidades, tanto para valorizar sua contribuição ao desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira quanto para ampliar sua visibilidade e fortalecer o movimento associativo.

Se no passado a criação das associações foi fundamental para unir a categoria, defender a profissão e consolidar a Biblioteconomia, o enfraquecimento do movimento associativo hoje compromete a capacidade de mobilização dos bibliotecários. Essa reflexão torna-se ainda mais urgente diante das transformações no mundo do trabalho e do avanço da inteligência artificial, que redefinem processos, competências e decisões no campo da informação. Nesse cenário, o associativismo pode constituir espaço de discussão coletiva sobre a autonomia profissional, a definição das competências da categoria e os limites e possibilidades de incorporação tecnológica, contribuindo para enfrentar processos de desprofissionalização. Trata-se, contudo, de uma agenda de investigação contemporânea que não é diretamente medida pelos dados históricos desta pesquisa.

Por fim, considera-se que esta pesquisa constitui uma etapa inicial de uma investigação mais ampla sobre memória institucional e associativismo bibliotecário, abrindo possibilidades para estudos futuros sobre a atuação dessas entidades e seus sujeitos ao longo da história da Biblioteconomia brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Por uma história intelectual da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia desde uma perspectiva transversal. **Informatio**: Revista del Instituto de Información, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 4-29, 2020. Disponível em: https://informatio.fic.edu.uy/index.php/informatio/article/view/251 . Acesso em: 11 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE BIBLIOTECÁRIOS. **Estatuto da Associação Catarinense de Bibliotecários**. São José, SC: ACB, 2022. Disponível em: https://www.acbsc.org.br/estatuto-acb/ . Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE BIBLIOTECÁRIOS**. História da ACB**. São José, SC: ACB, [s. d.]. Disponível em: https://www.acbsc.org.br/historia-da-acb/ . Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DA PARAÍBA. **A APB-PB**. João Pessoa: APB-PB, [s. d.]. Disponível em: https://apbpb.febab.org/a-apb-pb/ . Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DA PARAÍBA. **Quem somos**. João Pessoa: APB-PB, [s. d.]. Disponível em: https://apbpb.febab.org/a-apb-pb/quem-somos/ . Acesso em: 10 jun. 2026.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/10047 . Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. [Comissão Nacional da Verdade]. **Relatório**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br . Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. Decreto nº 74.879, de 12 de novembro de 1974. Outorga concessão à Televisão Belém Ltda. para estabelecer uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Belém, Estado do Pará. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 1974. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74879-13-novembro-1974-423278-publicacaooriginal-1-pe.html . Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 19 ago. 1965, p. 8366. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56725-16-agosto-1965-397075-norma-pe.html?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 12 set. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 1973a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm . Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 12 out. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm . Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm . Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm . Acesso em: 12 set. 2026.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

DESENVOLVIMENTO e burguesia periférica: o caso do Piauí. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 118, 21 out. 2013. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2013/10/21/desvolvimento-e-burguesia-periferica-o-caso-do-piaui/ . Acesso em: 31 maio 2026.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Estatuto**. São Paulo: FEBAB, 2015. Disponível em: https://febab.org/wp-content/uploads/2020/12/Estatuto_FEBAB_2015-1.pdf . Acesso em: 11 jun. 2026.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico do município de Floresta do Araguaia**. Rio de Janeiro: IBGE, [2020]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br . Acesso em: 31 maio 2026.

JORNAL O DIA: ano 1980. *In*: **Acervo do Museu de História do Piauí.** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1980. Disponível em: https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/jornais/jornal-o-dia/1980 . Acesso em: 31 maio 2026.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). *In:* REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 150-180.

MARTINS, Cláudio. A década de 1980: a torturante função da educação II. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 1 nov. 2011. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-decada-de-1980-a-torturante-funcao-da-educacao-ii/ . Acesso em: 31 maio 2026.

MARTINS, Roberto Cavalcante. **O cerco do Araguaia**: contra insurgência, repressão militar e a Operação Marajoara na Amazônia. Belém: Editora Paka-Tatu, 2019.

NUNES, Nuno; PEREIRA, Inês; CARVALHO, Tiago. Memórias e narrativas de militantes associativos: trabalho, cultura e tecnologia. *In:* CONGRESSO DE HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, 1., 2013, Lisboa. **Anais [...].** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. p. 120-135.

NUNES, Paulo Giovani A.; NASCIMENTO, Talita H. C.; SANTOS, Suelly Cinthya C. dos. O clero sob vigilância: Igreja Católica e repressão na Paraíba militar. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PB, 13., 2012, Guarabira. **Anais [...]**. Guarabira: ANPUH-PB, 2012. Disponível em: https://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20-%20Paulo%20Giovani%20A.%20Nunes,%20Talita%20H.%20C.%20Nascimento%20e%20Suelly%20Cinthya%20C.%20dos%20Santos%20TC.PDF . Acesso em: 31 maio 2026.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de; LIMA, Mariana Souza. **A educação sob o julgo do desenvolvimento**: o Mobral e as políticas de alfabetização no Nordeste (1970-1985). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2019.

PARÁ (Estado). Lei nº 4.485, de 9 de novembro de 1973. Cria a Companhia Paraense de Terras e Colonização (COTERCO) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 1973a. Disponível em: https://portal.iterpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/LEI-N%C2%B0-4.485-DE-09-DE-NOVEMBRO-DE-1973.pdf . Acesso em: 31 maio 2026.

PARÁ (Estado). Lei nº 4.496, de 3 de dezembro de 1973. Institui o Conselho Deliberativo e o Conselho Consultivo da Região Metropolitana de Belém. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 1973b. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-4496-1973-para-cria-o-conselho-deliberativo-e-o-conselho-consultivo-de-regiao-metropolitana-de-belem . Acesso em: 31 maio 2026.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Coordenação e Planejamento. **SUDENE e a industrialização da Paraíba**: relatórios e indicadores econômicos. João Pessoa: SEPLAN, 1975.

PIZARRO, Daniella Câmara. **Entre o saber-fazer e o saber-agir**: o que professam os docentes de biblioteconomia em Santa Catarina. 2017. 535 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://bu.ufsc.br/teses/PCIN0167-T.pdf . Acesso em: 11 jun. 2026.

REBOUÇAS, Larice da Silveira. As **fiscalizações do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-15) durante o período de 2012-2019**: em foco a biblioteca escolar. 2021. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37408 . Acesso em: 31 maio 2026.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In:* REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 15-32.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 1975**. Dispõe sobre a Organização Municipal do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1975. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br . Acesso em: 31 maio 2026.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Histórico da Secretaria**. Florianópolis: SED, [2020]. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/historico/ . Acesso em: 31 maio 2026.

SANTOS, Maria da Conceição. **Sindicalismo e resistência**: a história das organizações docentes em Sergipe (1978-1990). Aracaju: Editora Criação, 2017.

SERGIPE (Estado). Tribunal Regional Eleitoral**. Relatório oficial das eleições gerais de 1982**: resultado do pleito majoritário e proporcional. Aracaju: TRE-SE, 1982. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1982 . Acesso em: 11 jun. 2026.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Associação de Arquivistas no Brasil na década de 1970. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 93–109, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1735 . Acesso em: 11 jun. 2026.

SILVA, Raiara Lima da. **A contribuição do empreendedorismo social no movimento associativo bibliotecário:** um estudo de caso na Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE). 2022. 96f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17062 Acesso em: 11 jun. 2026.

SILVA, Roberto. **Modernização e tecnicismo**: a reforma do ensino e o desenvolvimento industrial em Santa Catarina (1970-1980). Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

SOUZA, Carlos Alberto de. **A interiorização do capital**: infraestrutura, distritos industriais e a economia catarinense no século XX. Joinville: Editora Univille, 2021.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; FÜHR, Fabiane. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **Transinformação**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 223-233, 2011. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6189 . Acesso em: 11 jun. 2026.